

Despertar para a realidade

Publicação: [O Mundo em Português Nº59](#)

Data de Publicação: Agosto/Setembro de 2005

Autor: Alexandra Barahona de Brito

Alguém de fora da UE mas que esteja familiarizado com os problemas actuais que o mundo enfrenta, ao escutar os debates entre os Europeus, tem desculpa se sentir que chegou a um local verdadeiramente estranho. O «europês» dos círculos oficiais – e não só – e a tendência para criar rótulos e sub-rótulos cada vez mais complexos para a orientação nas labirínticas realidades da integração europeia é desde há muito fonte de inúmeras piadas; e para os Tories britânicos, por exemplo, é um sintoma da incrustação da «mentalidade de super-estado» nas iniciativas e liberdades individuais.

O que acima se escreve não é, porém, o início de mais uma tirada eurocéptica mas antes uma crítica ao actual debate na UE; e nem sequer é um comentário que se identifique com as mais proeminentes demonstrações de schadenfreude britânica, na sequência do muito francês «não». E a crítica é: os líderes e muitos especialistas em questões europeias parecem estar curiosamente longe da realidade. Os debates que se ouvem lembram os travados no seio de um partido centralista-democrático: as vozes não podem ser ouvidas, as opiniões não fazem sentido se não se enquadrarem nos limites pré-definidos do que é dogmaticamente assumido como sendo óbvio, se não se considerar que alguns fundamentos doutrinais são inquestionáveis. E o outro lado da moeda é que se a crítica utilizar referências que não se baseiem na convencional sabedoria europeia (à falta de melhor termo), ou é completamente ignorada, incompreendida, ou, como nos antigos partidos leninistas, uma prova de inclinações não-democráticas e de perspectivas politicamente incorrectas.

É deste cenário que resulta a surpresa e o horror de muitos perante a rejeição da Constituição Europeia; um sentimento menos compreensível para aqueles que habitam o mundo real, para quem a rejeição era perfeitamente previsível. Começemos com a própria Constituição. Uma leitura da realidade europeia demonstra-nos que o «modelo» europeu, como é designado, está ameaçado – o fim do welfare state é uma questão de «quando» e não de «se», dado o envelhecimento da população e a natureza pouco competitiva das economias que o sustentam, num mundo economicamente globalizado.

Assim, o verdadeiro desafio para os europeus é a criação de condições para um novo contrato social. E, no entanto, a Constituição consagra exactamente os mesmos direitos que serão muito provavelmente extintos (direitos de reformas, sistemas de saúde e de educação gratuitos, etc.). Por outras palavras, é uma constituição em que ninguém pode acreditar se se considerar a realidade. Isto, já para não mencionar os impossíveis procedimentos de tomada de decisão e hierarquias de poder, muito criticados por juristas.

A questão não passa pela necessidade ou não de uma constituição ou se o que foi apresentado a referendo é uma verdadeira constituição (um tipo de documento que deve ser pequeno, conter apenas o que é fundamental e eterno, e não contingente e circunstancial); a questão é que os líderes europeus gastaram uma imensa energia num projecto que não é certamente o mais relevante para as pessoas que vivem na Europa. E o facto de terem tantas dificuldades em vender este produto não resulta da ignorância natural dos cidadãos nem da ausência de «educação» sobre a Europa (cujos advogados soam perigosamente como apoiantes da doutrinação política), mas sim do facto de a Constituição Europeia não corresponder aos anseios dos cidadãos comuns. Os europeus estão preocupados com o declínio do seu nível de vida e com as mudanças na realidade económica; preocupam-se com as variadas novas formas de insegurança, com o ambiente, a pobreza, a sustentabilidade do modelo económico futuro. Resumindo, preocupam-se com as questões que constituem verdadeiros desafios à organização da sociedade, da economia e do espaço político.

E tudo isto parece chocar com a concentração dos líderes europeus – pelo menos até muito recentemente – numa lógica circular de um quadro ideológico de referência onde o «progresso» europeu é inquestionável. É sintomático da ausência de rumo que o presidente da Comissão Europeia afirme que a Europa precisa de um «grande projecto» e sugira que a pobreza em África possa ser esse projecto mobilizador dos europeus. Independentemente da lógica questionável do perdão da dívida da proposta de Gordon Brown, é pouco provável que os europeus, ou quaisquer outros, excepto os africanos, se mobilizassem em torno de um projecto que não lhes diz directamente respeito. Isto não significa que os europeus não sejam generosos (o que são) ou que não se deva trabalhar para a eliminação da pobreza – mas sugerir que este possa ser o projecto ideal para a mobilização dos «cidadãos europeus» é, no mínimo, naïve.

Existe uma coisa, porém, em que a Comissão está certa: a Europa precisa efectivamente de um grande projecto, e tem um valor acrescentado histórico único (em contraste, por exemplo, com os Estados Unidos) que pode ser bem utilizado: Estados

fortes com uma tradição de investimento público na transformação social. Qual deveria ser a aposta dos estados europeus, numa aliança com o sector privado, em termos de «grande projecto»? Existem várias possibilidades (e um debate real sobre esta questão seria muito mais útil do que a discussão sobre como salvar os destroços da Constituição), mas gostaria de sugerir que o «grande projecto» em que se deve investir são os recursos, e mais especificamente a água e a energia – um grande projecto para uma «Europa limpa». Para os cépticos, alguns dados:

Há uma controvérsia sobre a longevidade das reservas petrolíferas. No entanto, de acordo com os cálculos mais optimistas, «o mundo contém reservas de petróleo suficientes para durar, pelo menos, até 2100 » – as mais pessimistas apontam para 2025-2050).

Em relação à água, segunda uma fonte das Nações Unidas, «Cerca de dois terços da população terá dificuldades de acesso a água em 2025 (WBGU 1999, UNEP 1999). A procura humana e o mau uso dos recursos continuam a crescer. A irrigação intensiva está a pressionar cada vez mais os recursos e a sua capacidade de renovação, e continuam a aumentar os episódios de contaminação de lençóis de água. Nas grandes cidades, o aumento do consumo de água cresceu 24 vezes no último século e espera-se que a população urbana atinja os cinco mil milhões de pessoas em 2025. Alguns projectos infraestruturais de grande porte e a maior frequência de ameaças naturais, como inundações e secas, estão a ter um impacto devastador na vida das pessoas e no acesso à água. Estas pressões estão também a abalar os ecossistemas e as espécies associadas.»

Se a UE concentrar o seu considerável peso e a sua energia num projecto que vise a adopção global de fontes de energia alternativas e se preparar para a escassez de água, através do uso de águas renovadas (uma possibilidade cientificamente possível, mas politicamente problemática), os cidadãos europeus já não terão de ser educados em relação aos objectivos da Europa: será claro para eles, à medida que conduzem carros não poluentes, que deixam de usar derivados de petróleo; à medida que usam água reciclada e vêem que as faltas de água e a poluição e um futuro incerto em relação ao petróleo já não são um problema; se virem que mesmo os antigos problemas de política externa vão sendo mitigados e resolvidos pela acção concertada e pelo investimento dos seus impostos. Tornar-se-á óbvio que faz sentido «ser europeu», pois tal significará a partilha de recursos nacionais, o bom uso do Estado e das empresas privadas, para produzir resultados reais na vida dos cidadãos.

O impacto de tais políticas não seria meramente interno – o sucesso deste «grande projecto» teria grandes implicações internacionais. E, para uma Europa que há muito deseja (e tem falhado) projectar-se como actor internacional de relevo, seria um projecto que lhe poderia dar o tipo de poder a que a Europa pode aspirar, baseado na inovação económica e científica, a fonte histórica da auto-confiança europeia. Pensemos numa Europa que lidera, em relação aos Estados Unidos, em termos de política de energia e de não dependência do petróleo; numa Europa que pode actuar como actor verdadeiramente imparcial no Médio Oriente (pois não estará interessada no petróleo); numa Europa que pode fornecer tecnologia de renovação de água aos muitos países com carências de recursos; numa Europa que pode anunciar o fim da relevância do Protocolo de Quioto porque existem fontes alternativas de energia que não causam os problemas por ele abrangidos; pensemos a publicidade internacional para a partilha de soberania e para a criação de normas internacionais (a forma de funcionamento da UE) que traria uma política deste tipo bem sucedida; e pensemos numa Europa, no sector público e no privado, globalmente competitiva por ser um fornecedor de tecnologia de energia e de recursos limpos, ou, no mínimo, uma Europa Limpa como modelo para os outros.

Este é um projecto inspirador, que nos força a pensar em problemas reais, incluindo a questão da gestão da globalização e do posicionamento em relação à dicotomia neo-liberalismo versus intervencionismo estatal.

Ter um grande projecto não significa, obviamente, esquecer todas as outras questões: os europeus querem democracias fortes, respeito pelos direitos humanos, controle de armamento, equidade social e a problemática da gestão dos desafios da globalização económica é complexa e multifacetada e não se esgota num «grande projecto de recursos». Mas não se pode ter mais do que um grande projecto de cada vez – que deve ser um centro unificador que faça sentido em todas as políticas.

Quando Francis Fukuyama anunciou o fim da história, muito foram os que rejeitaram a ideia. E, no entanto, os líderes europeus têm agido como se tal fosse verdade, sendo apenas rudemente despertados para a realidade pelo crescente peso da direita, a rejeição popular da globalização e dos seus custos sociais ou o crescimento do extremismo islamista. O fim da história centra-se no mercado livre e na democracia – independentemente das circunstâncias e habitualmente quando se aplica ao Outro – e não de adequa aos desafios sociais, económicos e políticos. Paradoxalmente, esta cegueira do fim da história tem sido acompanhada pela utilização de uma retórica dicotómica da Guerra Fria: Estado versus mercado. Os Estados podem ser pequenos e

fortes e pode ser conveniente que os mercados sejam selectivamente livres e protegidos, dependendo dos projectos estratégicos de longo prazo. Para a Europa, que não é a origem do capitalismo liberal americano, este tipo de pensamento impede uma aliança produtiva entre Estados e empresas, e é um obstáculo à concepção de respostas para os verdadeiros problemas e desafios. Um grande projecto europeu é realmente necessário e deve basear-se em interesses materiais que dêem origem a novas políticas – deve basear-se em recursos materiais para produzir resultados materiais que sejam traduzidos em ganhos normativos e políticos. Deve ser generoso para os cidadãos europeus pois esta é a única forma a que a Europa pode aspirar de ser generosa para os outros e influente no mundo.